NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/08/2012 - Edição Nº. 635

Transporte de Valores do Espírito Santo em Campanha Salarial com apoio da CNTV, CUT e entidades

No dia 02/08 o presidente da CNTV, José Boaventura, participou da Assembleia Geral de Campanha Salarial dos vigilantes do carro forte do Espírito Santo, conduzida pelo SINDFORTES/ES, a fim de aprovar a Pauta de Reivindicações dos trabalhadores.

A CNTV levou o seu apoio e das entidades para respaldar a Assembleia, reconhecendo a legitimidade e representatividade do Sindicato na condução da Campanha Salarial. Isto porque o SINDFORTES/ES ainda não tem registro sindical no Ministério do Trabalho.

Entre os pontos aprovados pelos vigilantes do carro forte estão:

-Fim do Banco de Horas;

-Cartela Fechada de 32 vales alimentação de R$ 18,00 a fração, nos mesmos valores pagos no Rio de Janeiro;

-Equiparação salarial nos mesmos valores pagos aos vigilantes de transporte de valores do Rio de Janeiro; entre outros pontos.

Nesta semana, haverá outra assembleia e desta vez o edital de convocação da mesma será publicado pela CNTV, para dar respaldo ao processo de negociação.

A CNTV, através de sua direção acompanhará pessoalmente as negociações, contribuindo para o fortalecimento da luta dos vigilantes do carro forte do Espírito Santo que merecem salários mais justos e condições de trabalho decentes. Temos confiança que esta direção do SINDFORTES/ES saberá conduzir a Campanha Salarial com compromisso e bravura, contando também com o apoio da CUT.

Fonte: CNTV

Vigilantes do carro forte do Espírito Santo mobilizados para a Campanha Salarial

Presidente do TJPE quer instituir o bico de policiais no Tribunal

Muito nos admira uma proposta ilegal vir justamente de um Tribunal de Justiça, local de onde deve partir o exemplo do cumprimento irrestrito da legislação vigente. É de se questionar a idoneidade da posição do TJPE, uma vez que, por questões orçamentárias o Tribunal se mostra insensível ao clamar da população sobre as carências da segurança pública, principalmente pela falta de policiais nas ruas, muitas vezes desviados em funções burocráticas, fato que ocorre com frequência em várias partes do Brasil.

E apesar dessa carência de policiais, o TJPE insiste em tirar os policiais das ruas para proteger suas instalações ou mesmo acoitar bico ilegal de policiais de reserva, quando a segurança patrimonial, segundo a lei 7.102/83 é atribuição dos profissionais vigilantes.

É de se lamentar que fatos dessa natureza aconteçam e parte justamente daqueles que deveriam zelar pela segurança da população, seja pelo cumprimento da lei, no caso do TJ/PE, seja para garantir mais policiais nas ruas, deixando a segurança patrimonial a quem de direito, ou seja, os vigilantes. Que não sigam o mau exemplo do governador do Rio que publicou Decreto instituindo o bico de policiais. Que sigam o bom exemplo do governador do DF que vai tirar os PMs dos quartéis, que irão para as ruas proteger a população, que é o papel do policial e os vigilantes farão a segurança dos quartéis. Até o final do ano serão criados mais um mil e quinhentos postos de segurança privada no DF para esse fim.

A CNTV enviará ofício ao presidente do TJ/PE lamentando a posição do Tribunal e apelando para que o bom senso prevaleça e os vigilantes continuem prestando serviço no local.

Fonte: CNTV

Veja matéria do JC Online

Presidente do TJPE pede a volta da PM nos fóruns do interior

Segundo o desembargador, os custos com a segurança privada das unidades têm sido alto

O desembargador Jovaldo Nunes, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), encaminhou um ofício nesta quinta-feira (02) ao governador Eduardo Campos, solicitando o retorno da Polícia Militar (PM) nas 135 Unidades Judiciárias no interior do Estado. Segundo o desembargador, a situação da segurança interna e externa dos fóruns é preocupante. A saída da Polícia Militar foi determinada pelo decreto nº 38.438, de 27 de julho de 2012.

Ainda de acordo com Nunes, a PM deve voltar até ser substituída por policiais da reserva que integram a Guarda Patrimonial. O desembargador afirma que esta é a alternativa mais sensata para reduzir os gastos adquiridos com a contratação de segurança privada, realizada após a retirada do policiamento fardado.

O TJPE também vai arcar com pagamento das gratificações aos militares da ativa, chamadas de Programa de Jornada Extra de Segurança (PJES), por trabalharem para o Judiciário em alguns dias das suas folgas do serviço ativo da PM. Estas novas despesas foram provocadas pelo Decreto Governamental e serão inseridas no orçamento de 2013.

Fonte: Jornal do Commercio/PE

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: Walkiria Simões

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF